



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP – POLÍCIA FEDERAL  
SR/PF/PA

Processo nº 08360.005766/2021-36

**JUSTIFICATIVA DE COMPOSIÇÃO DO BDI**

**1. BDI PADRÃO**

**1.1 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL = 4,93%**

1.1.1 A administração central é toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da empresa.

1.1.2. Conforme o Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, o valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras/serviços que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra/serviço, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra/serviço, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro. Com isso, estabelece os seguintes limites:

Parcela de Administração Central na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPO DE OBRA	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%

Fonte: Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

1.1.3. Para a presente contratação estipulou-se o valor do médio de **4,93%** (quatro inteiros e noventa e três centésimos por cento) para a parcela da administração central.

**1.2. SEGUROS + GARANTIA = 0,49%**

1.2.1. Seguros são contratos regidos pelo direito privado firmados entre o particular (segurado) e a companhia seguradora (segurador), por meio dos quais o segurador obriga-se, mediante o recebimento antecipado de um prêmio, a reparar danos causados ao particular segurado ou a terceiros pela ocorrência de eventos alheios a sua vontade devidamente especificados na apólice de seguro, limitando-se essa obrigação ao valor da importância segurada a que tem direito o segurado pela ocorrência do sinistro.

1.2.2. Sob o ponto de vista dos orçamentos de obras públicas, considera-se que a exigência de prestação de garantia contratual é uma estratégia de alocação de riscos como medida que visa a assegurar o adequado adimplemento do contrato e a facilitar o ressarcimento de possíveis prejuízos sofridos pela Administração Pública na hipótese de inexecução por parte do particular contratado, e esses custos relacionados à prestação de garantia, para o pleno cumprimento das obrigações contratuais assumidas

pelo particular contratado, caso expressamente prevista no instrumento convocatório, são repassados aos preços das obras públicas e inseridos na composição de BDI dessas obras.

1.2.3. Entretanto, mesmo com a exigência de contratação de seguros, deve-se considerar que sempre existe um risco residual a que o particular ainda continua descoberto, que deve ser tratado e mensurado na taxa de riscos do BDI.

1.2.4. O Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário estabelece os seguintes limites:

<b>Parcela de Seguro e Garantia na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto</b>			
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>1º QUARTIL</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>3º QUARTIL</b>
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,28%	0,49%	0,75%

1.2.5. Para a presente contratação estipulou-se a taxa média de **0,49%** (quarenta e nove centésimos por cento) para a parcela de Seguros e Garantias.

### 1.3. **RISCO = 1,39%**

1.3.1. Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

1.3.2. Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

1.3.3. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc.); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc.

1.3.4. O Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário estabelece os seguintes limites:

<b>Parcela de Risco na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto</b>			
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>1º QUARTIL</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>3º QUARTIL</b>
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	1,00%	1,39%	1,74%

Fonte: Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

1.3.5. Para a presente contratação estipulou-se a taxa média de **1,39%** (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) para a parcela de Risco.

#### 1.4. **DESPESAS FINANCEIRAS = 0,99%**

1.4.1. São gastos relacionados ao custo do capital decorrente da necessidade de financiamento exigida pelo fluxo de caixa durante a execução do contrato e ocorrem sempre que os desembolsos acumulados forem superiores às receitas acumuladas, sendo correspondentes à perda monetária decorrente da defasagem entre a data de efetivo desembolso e a data do recebimento da medição dos serviços prestados. O Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário estabelece os seguintes limites:

<b>Parcela de Despesas Financeiras na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto</b>			
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>1º QUARTIL</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>3º QUARTIL</b>
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%	0,99%	1,17%

Fonte: Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

1.4.2. Para a presente contratação utilizou-se a taxa média de **0,99%** (noventa e nove centésimos por cento) para a parcela de Despesas Financeiras.

#### 1.5. **IMPOSTOS = 6,15% (SEM DESONERAÇÃO) e 10,65% (COM DESONERAÇÃO)**

1.5.1. Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

1.5.2. A alíquota nominal de ISS para o município de Belém/PA na prestação de serviços de “7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil...” é de 5% (cinco por cento) sobre os serviços, conforme a Lei nº 8293 de 30 de dezembro de 2003 que altera dispositivos do Código Tributário e de Rendas do Município de Belém.

1.5.3 A base de cálculo, segundo o artigo 33, *caput*, da lei supracitada, é o “preço do serviço”, obtido, segundo o parágrafo 1º, inciso II, “pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de serviço de caráter eventual, seja descontinua ou isolada”.

1.5.4 O parágrafo artigo 35 da referida lei ainda acrescenta: “Na prestação dos serviços que se referem os itens 7.02 e 7.05 da lista do artigo 21, o imposto será calculado sobre o preço do serviço deduzido das parcelas correspondentes: a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.”

1.5.5 Considerou-se a base de cálculo para o ISS como 50% do valor total da obra, conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013, ou seja, equivalente a 2,5%.

1.5.6 Cabe ressaltar que em caso de adoção de desoneração da folha de pagamento, será acrescentado a alíquota relativa à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) a esta parcela de impostos, o que corresponderia a um acréscimo de 4,5%.

1.5.7. Portanto, para a presente contratação estipulou-se o valor de **6,15%** (seis inteiros e quinze centésimos por cento) para a parcela de Tributos, considerando não desoneração da folha de pagamento e **10,65%** (dez inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) considerando desoneração da folha de pagamento.

1.6. **BONIFICAÇÃO OU HONORÁRIOS (LUCRO) = 8,04%**

1.6.1. O Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário estabelece os seguintes limites:

<b>Parcela do Lucro na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto</b>			
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>1º QUARTIL</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>3º QUARTIL</b>
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	6,74%	8,04%	9,40%

Fonte: Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

1.6.2. Para a presente contratação utilizou-se o valor médio de 8,04 % (oito inteiros e quatro centésimos por cento) para a parcela de Lucro.

1.7. **BDI ADOTADO = 24,18% (SEM DESONERAÇÃO); 30,43% (COM DESONERAÇÃO)**

1.7.1. Conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, segue abaixo memorial de cálculo do BDI adotado:

<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>TAXA</b>
1	(AC) - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,93%
2	(S + G) - SEGUROS + GARANTIAS	0,49%
3	(R) - RISCOS	1,39%
4	(DF) - DESPESAS FINANCEIRAS	0,99%
5	(I) - IMPOSTOS	6,15%
6	(L) - LUCRO	8,04%
<b>BDI SEM DESONERAÇÃO:</b>		<b>24,18%</b>

<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>TAXA</b>
1	(AC) - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,93%
2	(S + G) - SEGUROS + GARANTIAS	0,49%
3	(R) - RISCOS	1,39%
4	(DF) - DESPESAS FINANCEIRAS	0,99%
5	(I) - IMPOSTOS	10,65%
6	(L) - LUCRO	8,04%
<b>BDI COM DESONERAÇÃO:</b>		<b>30,43%</b>

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

onde:

AC = taxa de Administração Central;

S = taxa de Seguros;

R = taxa de Riscos;

G = taxa de Garantias;

DF = taxa de Despesas Financeiras;

L = taxa de Lucro/remuneração;

I = taxa de incidência de Impostos (PIS, COFINS, ISS e CPRB - em caso de desoneração).